

# Livro explica o poder e a consolidação dos Estados Unidos

A formação e a consolidação dos Estados Unidos da América são o tema da pesquisa de mais de duas décadas de Mary Anne Junqueira, professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da USP

Leila Kiyomura/Jornal da USP

Um estudo publicado no livro 'Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)'. Diante dos últimos acontecimentos políticos e sociais, o livro chega em um momento oportuno para uma reflexão sobre a atuação dos Estados Unidos no presente, com os discursos e ações do atual presidente Donald Trump.

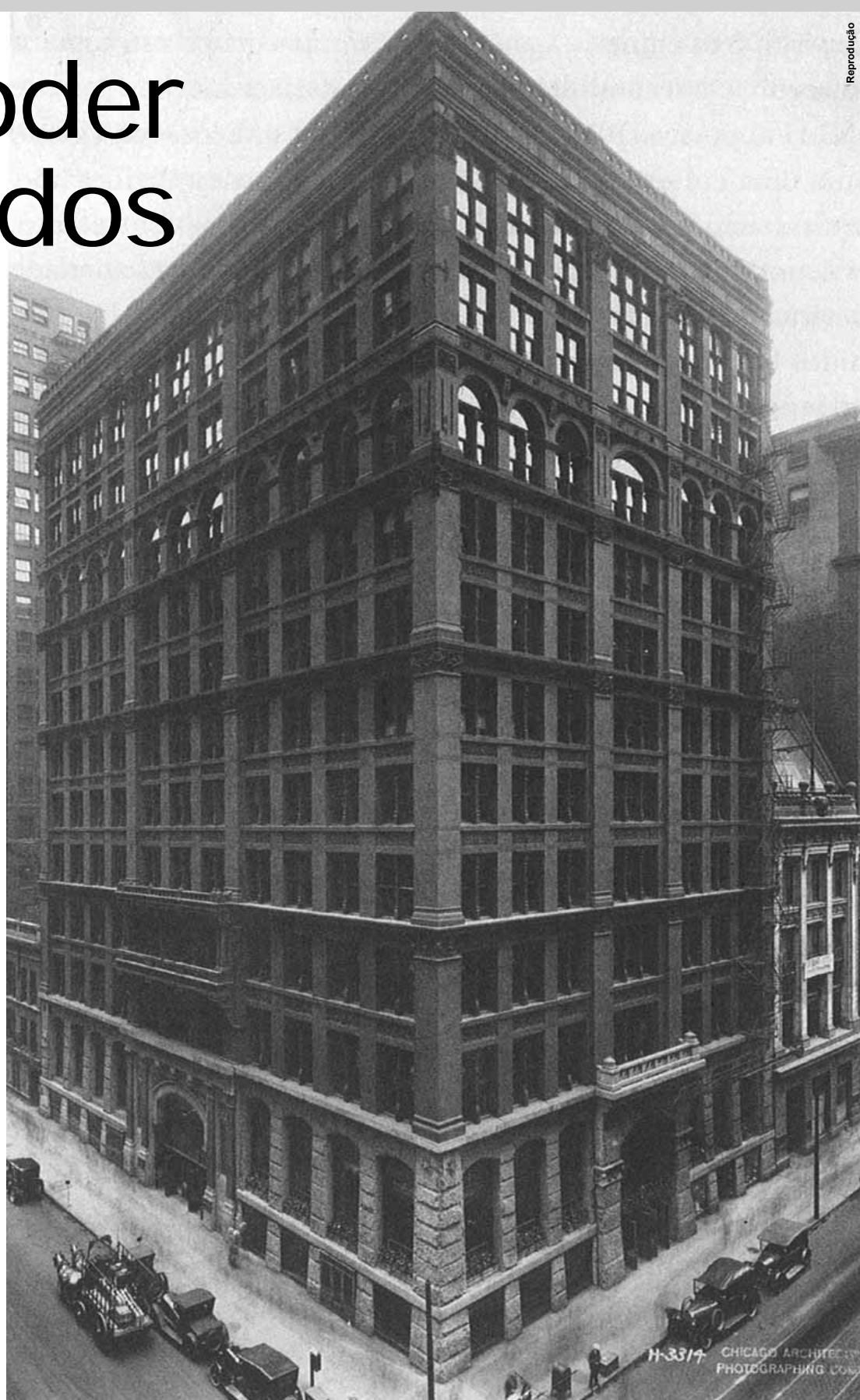
A autora inicia o livro lembrando uma frase que os historiadores norte-americanos Allan Nevins (1890-1971) e Henry Steele Commager (1902-1998) escreveram na introdução de um manual de história dos Estados Unidos: "Os Estados Unidos saíram da escuridão para penetrar na história há quase quatro séculos. É a mais nova das grandes nações e, sem dúvida, em muitos aspectos a mais interessante porque sua história recapitula a história do gênero humano e resume o desenvolvimento das instituições sociais, econômicas e políticas".

A ênfase que os citados historiadores dão aos Estados Unidos de serem a primeira república, a mais velha democracia e a Constituição mais antiga do mundo é questionada no livro. "A ideia de que a democracia e a opção pelo contrato social são concepções e projetos que fazem parte da história do Ocidente há muito o ultrapassa, alcançando outras regiões do globo", observa. "Por

obra das elites coloniais, essas ideias que já vinham sendo debatidas por pensadores europeus penetraram não só nas treze colônias continentais inglesas como também no Novo Mundo. São, portanto, tendências mais antigas do que julgam os historiadores citados. Por que então a ênfase na centralidade dos Estados Unidos em âmbito mundial?"

"O objetivo desta obra é abordar dois temas estritamente articulados entre si: a formação e a consolidação do Estado nacional e a configuração da narrativa da nação norte-americana", salienta Mary Anne. "Em relação à narrativa da nação, o propósito é compreender suas origens, sua constituição e os dispositivos mobilizados e avançar na direção da compreensão de seus habituais usos". A historiadora lembra que a população norte-americana foi composta de imigrantes originários de várias partes da Europa, grupos religiosos diversos, negros escravizados e livres oriundos da África e nativos da terra.

"A consciência nacional – o sentimento de que, independentemente da origem, eles eram norte-americanos – não se consolidou da noite para o dia. O mesmo ocorreu com outros países que constituíram o Estado nacional". Foi instituída uma unidade política, porém havia a necessidade de criar uma identidade cultural norte-americana. "Forjou-se uma narrativa nacional, além de



Fachada do Home Insurance Building em Chicago, indicado como o primeiro arranha-céu do mundo, inaugurado em 1885 e demolido em 1931.



Discurso de posse de Abraham Lincoln no Capitólio.

símbolos que fornecessem aos indivíduos um sentimento de pertencimento. O que um habitante de Massachusetts teria em comum com outro da Virgínia? Certamente eles compartilhavam o sentimento de ser norte-americano. Essa consciência foi sendo forjada aos poucos, reforçada pela evocação de uma pretensa história comum e de elementos igualmente compartilhados entre a população".

Mary Anne cita os pais fundadores da nação, ou os homens que levaram a cabo a Independência, arquitetaram as bases do Estado nacional e prepararam a Constituição. "Fabricou-se uma galeria de heróis nacionais que passou a ser reverenciada até os dias atuais. É possível constatar ainda hoje esse tratamento dado aos líderes norte-americanos nas ruas, nas escolas, nos jornais, nos livros". O primeiro citado é George Washington (1732-1799). "Tornou-se o modelo para os presidentes que o sucederam", observa a pesquisadora.

Outro cultuado como herói é Thomas Jefferson (1743-1826), autor da Declaração da Independência (1776) e presidente do país (1801-1809). "Benjamin Franklin (1706-1790), John Adams (1733-1826), Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1795) também estão, como a pesquisadora aponta, no

panteão sagrado dos fundadores da nação. "Não só os Estados Unidos, evidentemente, criaram ídolos públicos, especialmente no momento de formação da nação. A maioria dos países assim o fez, mas é possível perguntar: que outra cultura esculpiria o rosto de seus presidentes em uma montanha, como fizeram os norte-americanos no monte Rushmore?"

## ESTADOS UNIDOS

ESTADO NACIONAL E NARRATIVA DA NAÇÃO (1776-1900)

Mary Anne Junqueira

edusp

## EUA: juiz determina reabertura de programa para jovens imigrantes

Um juiz federal de Washington ordenou na terça-feira (24) a reativação do Daca (cujo significado em inglês é Deferred Action for Childhood Arrivals) - que concede autorização temporária para morar, trabalhar e dirigir nos Estados Unidos aos que entraram no país de forma ilegal quando eram crianças. O juiz John D. Bates, de Washington, DC, determinou que o programa seja reativado e passe, inclusive a receber novas inscrições em 90 dias.

Bates afirmou em seu parecer, que a revogação da Daca é "inexplicável" e, por isso, "ilegal". A extinção do programa havia sido determinada, em setembro, pelo presidente norte-americano Donald Trump e entraria em vigor em março, não fossem medidas judiciais que garantiram a manutenção do programa para aqueles que já eram beneficiários.

O juiz deu o prazo de 90 dias para que novas aplicações comecem a ser aceitas, para dar ao Departamento de Segurança Interna, a oportunidade de "justificar a suspensão do programa". Caso não sejam apresentadas justificativas relevantes, o juiz determinou que o governo federal deverá "aceitar e processar novos pedidos de Daca, bem como renovações do benefício".

A suspensão do Daca entraria em vigor no dia 5 de março, os jovens que tinham benefícios ativos, conseguiram mantê-los, mas aqueles com a data expirada, já não poderiam renová-lo e



A extinção do programa havia sido determinada, em setembro, pelo presidente norte-americano Donald Trump.

esperavam uma decisão do Congresso norte-americano. Republicanos e democratas usam o Daca como moeda de troca pela aprovação da construção do muro para separar o território dos Estados Unidos do território mexicano.

Embora, republicanos e o próprio presidente Trump já tenha dito que contempla o Daca em um plano de reforma migratória, desde que sejam garantidos recursos para viabilizar a obra na fronteira do México e Estados Unidos. Em janeiro, uma decisão judicial federal já havia garantido que os portadores de Daca poderiam renová-lo e manter a proteção, mas a medida não abrangia novos inscritos.

O Daca foi promulgado em 2012 pelo presidente Barack Obama para proteger da deportação e conceder autorizações de trabalho temporárias e residência para cerca de 800 mil jovens que vieram aos Estados Unidos como crianças. A solução foi anunciada como temporária, já que não havia consenso no Congresso sobre o destino dos jovens fora do status legal para residência. Trump revogou o Daca, justificando que cabe ao Congresso definir uma solução definitiva para a questão migratória. A proposta de Trump era regularizar 1,8 milhões de jovens em troca da aprovação no Congresso de 25 bilhões de dólares para a construção do muro (ABR).